

Município de ITAQUAQUECETUBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
 2016

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Renúncia de receita prevista			Compensação
			2016	2017	2018	
IPTU	isenção	aos imóveis utilizados na exploração agrícola	273	277	281	crescimento vegetativo da arrecadação do IPTU
IPTU	isenção	aos imóveis atingidos por enchentes	115	115	115	crescimento vegetativo da arrecadação do IPTU
IPTU	isenção	a aposentados	204	207	210	crescimento vegetativo da arrecadação do IPTU
TAXAS	isenção	novas empresas que se instalarem no município	15	15	15	aumento da arrecadação do ISSQN
IPTU	isenção	novas empresas que se instalarem no município	29	30	30	aumento da arrecadação do ISSQN
IPTU	isenção	construção de moradias populares	306	310	315	crescimento vegetativo da arrecadação do IPTU
ISSQN	isenção	construção de moradias populares	267	271	275	crescimento vegetativo da arrecadação do ISSQN
ITBI	isenção	construção de moradias populares	29	30	30	crescimento vegetativo da arrecadação do ITBI

Município de ITAQUAQUECETUBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
 2016

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Renúncia de receita prevista			Compensação
			2016	2017	2018	
TAXAS	isenção	construção de moradias populares	66	67	68	crescimento vegetativo da arrecadação das taxas
IPTU	isenção	regularização fundiária	304	308	313	crescimento vegetativo da arrecadação do IPTU
TOTAL			1.608	1.630	1.652	-

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 14-Jul-2015 e hora de emissão 11:07

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba: Nos termos da legislação municipal: LC 45/2000; LC 121/2005; LC 146/2007; LC 187/2010; Lei 1386/93; Lei 2161/2002; Lei 2772/2010 e Decreto 3921/94